

4 - CULTURA POLÍTICA

Ricardo A. S. Mendes¹⁵³

RESUMO

Passado, presente e futuro são alvos diretos da intervenção das representações elaboradas pelo homem no mundo, colaborando para que estas adquiram uma clara conotação política (BERSTEIN, 1998). Em relação ao presente as representações são responsáveis pela identificação dos problemas a serem superados bem como pela articulação de estratégias, táticas, da maneira pela qual estabelecemos uma ordem de prioridade em relação ao que identificamos como obstáculos a serem superados bem como visamos alcançar determinados objetivos específicos. Balizam nossas ações e resultam das expectativas que temos quanto às reações daqueles que são alvo de nossas ações políticas.

“Entre viver a história e interpretá-la, nossas vidas passam. Ao interpretá-la, vivemo-la: fazemos história; ao vivê-la, interpretamo-la: cada um de nossos atos é um signo” (BRUIT, 1992)

A política enquanto objeto de centralidade na análise dos historiadores tem ganhado relevância cada vez maior. Aspectos como o desenvolvimento de guerras mundiais, a pressão das relações internacionais, a afirmação de crises econômicas que apresentam dimensões cada vez menos regionalizadas e a ampliação do papel do Estado levaram ao direcionamento dos holofotes para as estruturas de poder e, portanto, à política (REMOND, 1996). É no âmbito do político que se definem as ações, apresentando-se como instância última de decisões onde as disputas se definem (BORGES, 1992). A abordagem política está relacionada diretamente com a estruturação e organização do poder, da capacidade de mando e de decisão que determinados grupos adquirem dentro de uma sociedade.

¹⁵³ Professor Adjunto de História da América (UERJ) e vinculado ao Núcleo de Estudos das Américas (UERJ)

Ao utilizarmos o termo “cultura” ao lado da denominação “política” estabelecemos uma perspectiva desta última que se apresenta distinta daquela existente em finais do XIX e em boa parte do XX, embora essa ainda não tenha sido de vez descartada. A ênfase passa a ser dada a uma abordagem comportamental que considera a relevância dos aspectos subjetivos na orientação da ação política. Esta ação se caracteriza pela própria tentativa de mediação entre a percepção de mundo que os agentes históricos possuem (caráter subjetivo) e o próprio mundo (aspecto objetivo). Contudo, deve-se estar atento para o fato de que a relação entre os aspectos subjetivos e objetivos do processo histórico se desenvolve de forma dialética. Ou seja, ao mesmo tempo em que as percepções do mundo objetivo direcionam a maneira pela qual agimos, de outro lado são estas condições objetivas que se apresentam como um dos elementos referenciais a partir dos quais as percepções são estruturadas.

Identificar como o indivíduo/grupos/sociedades percebem a realidade é de suma importância para a compreensão da ação política dentro da concepção de “cultura política”. A estas percepções ou significados que os indivíduos estabelecem em relação aos acontecimentos, às lutas que se operam em sua sociedade e nas quais estão inseridos denomina-se por representações.

As representações são, portanto, os significados construídos acerca do mundo que nos rodeia e que colaboram para uma organização conceitual do mundo (CHARTIER, 2002). Relacionam-se com os processos de classificação, ordenamento e hierarquização da realidade objetiva e orientam, em grande medida, as intervenções efetuadas pelos atores sociais. São, portanto, um componente fundamental da realidade social (HUNT, 1992).

É a partir das representações de si que uma coletividade delimita e define a sua identidade. O campo das representações também é o espaço no qual se estabelece “a distribuição dos papéis e das posições sociais”, exprimindo e impondo “crenças comuns” e construindo “uma espécie de código de ‘bom comportamento’” (BACZKO, 1985).

Influenciam em sua configuração os sentimentos, as sensibilidades, as paixões, componentes fundamentais no desenvolvimento de toda e qualquer percepção humana, seja individual ou coletiva.

Como as perspectivas que os indivíduos e as coletividades (em suas diversas formas) apresentam do mundo que as cerca influenciam diretamente na maneira pela qual se dá a ação política, a capacidade de tornar uma representação de mundo em representação hegemônica torna-se objeto de cobiça. Ainda que com diferenças, Chartier (2002), Baczkó (1985), Foucault (2006) e Bourdieu (1989) consideram que, a capacidade de hierarquização e ordenamento que as representações oferecem, a tornam objeto direto da disputa dentre os diversos grupos em embate pelo poder.

Contudo, devemos estar atentos para o fato de que o processo de socialização destas representações não se efetua tão somente no âmbito das estruturas de classe, mas também a partir dos diferentes mecanismos através dos quais um indivíduo se integra no mundo, seja o plano familiar, o educacional, o religioso e outros mais. Estes aspectos colocam em relevância que “as escolhas políticas dos indivíduos não lhes são imperativamente ditadas somente pelos seu status socioprofissional” (REMOND, 1996) .

Passado, presente e futuro são alvos diretos da intervenção das representações elaboradas pelo homem no mundo, colaborando para que estas adquiram uma clara conotação política (BERSTEIN, 1998). Em relação ao presente as representações são responsáveis pela identificação dos problemas a serem superados bem como pela articulação de estratégias, táticas, da maneira pela qual estabelecemos uma ordem de prioridade em relação ao que identificamos como obstáculos a serem superados bem como visamos alcançar determinados objetivos específicos. Balizam nossas ações e resultam das expectativas que temos quanto às reações daqueles que são alvo de nossas ações políticas.

Os objetivos que esperam ser alcançados pelas nossas estratégias e táticas estão associados diretamente ao futuro, vinculam-se a um tipo de sociedade que se espera estabelecer através da implementação de um dado projeto político (ROSAVALLON, 1995). Estão relacionados intimamente com as utopias construídas pelos homens no desenvolvimento e organização de uma sociedade dita ideal.

Quanto ao passado deve ser assinalado que as diferentes percepções sobre o mesmo, colocadas continuamente em embate pelos vários atores políticos, caracterizam-se por serem elementos referenciais a partir dos quais o projeto de futuro de uma dada sociedade, bem como as estratégias políticas a serem postas em prática são pensadas.

A memória diz respeito a como reconstruímos o passado, que aspectos privilegiamos dentre várias daquelas trajetórias percorridas e que espaços deixamos como lacunas (SARLO, 2005). As memórias em embate dentro de uma coletividade rivalizam-se para se apresentarem como o único princípio explicativo para o estado de coisas existente numa sociedade específica e num dado momento. Assim sendo, apresentam-se como marcos a partir dos quais as soluções devem ser especuladas (HALLBWACHS, 2006).

O excesso de memória, por sua vez, é observável quando uma dentre as várias perspectivas acerca do passado é ritualizada visando a fundação de uma tradição (HOBBSAWM, 1997). Caracterizaria, assim, a sistemática retomada de um dado princípio explicativo. Trata-se da institucionalização de uma dentre as diferentes versões sobre o passado com objetivos de “monumentalização”, seja de indivíduos, de grupos sociais inteiros, de determinados acontecimentos ou de determinadas perspectivas políticas

Por último, gostaria de encerrar retomando o princípio de minhas considerações. Voltemos então à Política. Não se pode esquecer que todas estas formas de manifestação das representações estão profundamente associadas à mesma, uma vez que viabilizam o controle do poder, possibilitam a construção da hegemonia e se constituem como um elemento mesmo do próprio poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERSTEIN, Serge. “A cultura Política”. In: RIOUX , Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. (orgs.) *Para uma história Cultural*. Lisboa, Estampa, 1998.
- BORGES, Vavy Pacheco. “História e política: laços permanentes”. In: *Revista Brasileira de História – Política & Cultura*. São Paulo, Editora Marco Zero, v. 12, n 23/24, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Difel, 1989.
- BRUIT, Hector. “O visível e o invisível na conquista hispânica da América”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *América em tempo de conquista*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.
- CHARTIER, Roger, *A História Cultural – entre práticas e representações*. Lisboa, Editora Difel, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Editora Centauro, 2006.
- HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.
- HUNT, Lynn. “Introdução: história, cultura e texto”. In: HUNT, Lynn (org.). *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- RÉMOND, René. RÉMOND, René. “Do Político”. In: RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Editora FGV, 1996
- ROSAVALLON, Pierre. “Por uma História conceitual do Político”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, nº 30, 1995.
- SANI, Giacomo. “Cultura Política”. In: BOBBIO, Norberto e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília, Editora UNB, 1999.
- SARLO, Beatriz. *Tiempo Pasado – cultura de la memoria y giro subjetivo*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores, 2000.